



A construção histórica da decadência e do futuro de Goiás: imprensa e governo entre o passado e o futuro (1870-1889)

RITA GUIMARÃES MELO

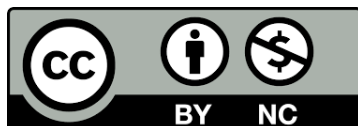
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS 

CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

v. 43, e264391, 2025

<https://doi.org/10.51359/2525-5649.2025.264391>

e-ISSN: 2525-5649



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025.
Licenciado sob Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0).

A construção histórica da decadência e do futuro de Goiás: imprensa e governo entre o passado e o futuro (1870-1889)

RESUMO: O artigo analisa a construção político-discursiva acerca da decadência enunciada pelos administradores públicos e privados entre os anos de 1870-1889, publicadas nos jornais da Província de Goiás. A partir da conjuntura social, econômica, política e tecnológica da época, avalia-se as potencialidades da província de Goiás para vencer o “atraso” e a “decadência” após o término do período aurífero.

PALAVRAS-CHAVE: ouro; decadência; imprensa; governo; Goiás.

La construcción histórica de la decadencia y del futuro de Goiás: prensa y gobierno entre el pasado y el futuro (1870-1889)

RESUMEN: El artículo analiza la construcción político-discursiva en torno a la decadencia enunciada por los administradores públicos y privados entre los años 1870 y 1889, publicada en los periódicos de la provincia de Goiás. A partir del contexto social, económico, político y tecnológico de la época, se evalúan las potencialidades de la provincia de Goiás para superar el “atraso” y la “decadencia” tras el fin del período aurífero.

PALABRAS CLAVE: oro; decadencia; prensa; gobierno; Goiás.

The historical construction of the decadence and the future of Goiás: press and government between the Past and the Future (1870-1889)

ABSTRACT: The article analyzes the political-discursive construction regarding the decadence announced by public and private administrators between the years 1870 and 1889, published in newspapers of the Province of Goiás. Based on the social, economic, political, and technological context of the time, the potentialities of the Province of Goiás to overcome the "backwardness" and "decadence" after the end of the gold mining period are evaluated.

KEYWORDS: gold; decadence; press; government; Goiás.

A construção histórica da decadência e do futuro de Goiás: imprensa e governo entre o passado e o futuro (1870-1889)

RITA GUIMARÃES MELO

Introdução

A partir de 1869, o fim da monarquia no Brasil torna-se previsível em razão da súbita queda do ministério liberal, em 3 de julho, e da ascensão do gabinete conservador ao poder; um rearranjo político, um “golpe de Estado”, (...) “um verdadeiro estelionato eleitoral”, reflete Sérgio Buarque de Holanda (1986).¹ Como observa José Murilo de Carvalho,² a instabilidade política desse período evidenciava o desgaste das instituições imperiais e sua incapacidade de atender às demandas sociais emergentes, contribuindo para o enfraquecimento do regime.

A queda dos liberais “produz uma clivagem na história política da Monarquia brasileira e marca o ponto de partida mais visível da deterioração do regime (...)”.³ Segundo Ilmar Rohloff de Mattos,⁴ essa clivagem estava diretamente associada à disputa entre liberais e conservadores, intensificada pela centralização administrativa que caracterizou o Império e que acabou isolando as províncias periféricas. “Sobreviveria “vegetativamente” por mais vinte anos: “Os homens mais lúcidos, no entanto, sabiam que o Império estava condenado”.⁵

Em meio à crise político-institucional (1869), somam-se o fim da Guerra Brasil Paraguai, (1864-1870), que liberta as forças políticas e econômicas voltadas agora para os problemas internos do Império, o movimento

¹ Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II: O Brasil Monárquico*, vol. 7: *Do Império à República*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986, p. 13-19.

² José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

³ Francisco Iglesias, “Vida política, 1848-1868”, in Sérgio Buarque de Holanda (Org.), *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II: O Brasil Monárquico*, vol. 5: *Reações e transações*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986. pp. 17-139, (p. 17).

⁴ Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*, São Paulo: Hucitec, 1987.

⁵ Iglesias, “Vida política, 1848-1868”, p. 139.

“reformista” da geração de 1870 e a Lei do Ventre Livre (1871), lembrando a todos que a escravidão encontraria seu termo em período próximo.⁶ Um tempo histórico vivido sob a perspectiva do próprio fim, uma vez marcado por profundas incertezas e indefinições. Como apontam Sidney Chalhoub e Manolo Florentino, o impacto da abolição gradual trouxe profundas transformações sociais, alterando as bases econômicas e políticas que sustentavam o regime imperial.⁷

Naquela década, o assunto de interesse dos jornais na Província de Goiás era a liberação dos rios do Norte para a navegação, evento que trazia esperanças às autoridades locais e administradores, estimulando o comércio com as províncias vizinhas graças às potenciais comunicações estabelecidas com elas. Conforme Maria Odila Leite da Silva Dias,⁸ esses projetos de integração territorial refletem o esforço da monarquia em consolidar a unidade nacional, ainda que a interiorização permanecesse um desafio em províncias periféricas como Goiás. Manter o império uno, indivisível e harmônico era tarefa de uma elite governativa cujas agências propugnavam pela indissolubilidade do território e centralização político-administrativa.⁹

Ao interpretar esse período sob a perspectiva da formação do estado-nação, José Carlos Barreiro comenta em sua resenha a afirmação do professor David McCreery,¹⁰ de que “as províncias menos destacadas ficaram relegadas a plano secundário no entendimento desse processo (...), [acentuado nas] zonas de fronteira, ou regiões sertanejas como foi o caso de Goiás no século XIX”.¹¹ Em razão disso, os estudiosos do período concentram suas pesquisas nas províncias que “tiveram destaque político, econômico e social no Brasil colônia, e principalmente o Rio de Janeiro, capital do Brasil à época da

⁶ Sobre a geração de 1870, conferir: Ângela Alonso, *Idéias em movimento: A geração de 1870, na crise do Brasil-Império*, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁷ Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Campinas: Editora Unicamp, 1990.

Manolo Florentino, *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

⁸ Maria Odila Leite da Silva Dias, *A interiorização da metrópole e outros estudos*, São Paulo: Alameda, 2005.

⁹ Em resenha do livro *Frontier Goiás (1822-1889)* de David McCreery, José Carlos Barreiro ressalta a compreensão desse autor sobre a formação do estado-nação, da unidade territorial e da centralização do governo imperial. Temas que deveriam ser estudados não apenas no Rio de Janeiro, mas investigar a influência de lideranças de outras partes do Brasil. Ver: José Carlos Barreiro, “Resenha de David McCreery, *Frontier Goiás (1822-1889)*”, *História*, São Paulo, v. 26, n. 2 (2007), pp. 410-413 (p. 411).

¹⁰ David Graham McCreery, *Frontier Goiás, 1822-1889*, Califórnia: Stanford University Press, 2006.

¹¹ Barreiro, “Resenha de David McCreery, *Frontier Goiás (1822-1889)*”, Califórnia: Stanford University Press, 2006”, p. 411.

Independência, quando se trata de estudar a formação do Estado Nacional”.¹² Complementando essa análise, Antônio Carlos Robert de Moraes observa que a geografia política e as barreiras territoriais contribuíram para manter essas regiões em posição marginal no projeto nacional.¹³

Os jornais do Rio de Janeiro e das províncias do Império noticiavam as ações do governo e seus colaboradores, enquanto comentaristas debatiam os temas candentes do momento, registrando a visão dos contemporâneos sobre o passado recente e sua relação com aquele presente, bem como prognósticos sobre o futuro. Autores como Robert Darnton destacam o papel crucial da imprensa como agente de formação da opinião pública, sublinhando sua capacidade de disseminar discursos que ajudaram a moldar visões coletivas e a consolidar projetos políticos.¹⁴ Na mesma linha, Tamar Garb enfatiza como os jornais não apenas refletiam as demandas sociais, mas também atuavam como catalisadores das transformações culturais e políticas da época.¹⁵ Isabel Lustosa reforça essa perspectiva ao apontar que a imprensa era fundamental não apenas como mediadora dos debates políticos, mas como um veículo que moldava a opinião pública e legitimava as ações das elites.¹⁶

Na província, os periódicos podem ser considerados única fonte de informação da população letrada cujo conteúdo procura atender diferentes interesses dos leitores. Reproduzem notícias publicadas nos jornais da capital do Império e comentam sobre acontecimentos tidos por relevantes de outras províncias. Como destaca Darnton, essa prática de reprodução de conteúdo jornalístico era comum em contextos com infraestrutura comunicacional limitada, ajudando a conectar as regiões mais afastadas aos debates nacionais.¹⁷ Interessantes, no entanto, são os artigos de opinião que versavam sobre as mazelas da província e as propostas e projetos que criavam expectativa de realização, como os auspiciosos projetos de navegação comemorados pelos jornais, mas nunca concretizados.

As forças sociais estavam presentes nesses periódicos. A “imprensa tanto constitui memórias de um tempo quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios e não mais como um simples elemento do

¹² Barreiro, “Resenha de David McCreery, *Frontier Goiás (1822-1889)*, Califórnia: Stanford University Press, 2006”, p. 411.

¹³ Antônio Carlos Robert de Moraes, *Bases da formação territorial do Brasil*, São Paulo: Hucitec, 2000.

¹⁴ Robert Darnton, *Grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*, Rio de Janeiro: Graal, 1990.

¹⁵ Tamar Garb, *The body in time: figures of femininity in late nineteenth-century France*, Washington: National Gallery of Art, 1998.

¹⁶ Isabel Lustosa, *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência, 1821-1823*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁷ Darnton, *grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*.

acontecimento”.¹⁸ Como ressalta Marco Morel, a imprensa não era apenas um repositório de ideias, mas também um espaço público onde se negociavam valores e se contestavam projetos de poder.¹⁹ Em meio ao debate, a imprensa trabalhava para formar uma opinião pública pautada nos “princípios liberais”.²⁰ Naquele período contemplado por este artigo, a imprensa teve papel relevante com a “disseminação de tipografias e a implantação de estradas de ferro e do telégrafo, [revolucionando] (...) o padrão da imprensa”.²¹ Com eles houve nivelamento do “acesso a informações sobre temas políticos e culturais nacionais e estrangeiros entre todos os grupos sociais alfabetizados”.²²

A perspectiva de futuro é uma construção alimentada pela esperança possível nas práticas políticas, econômicas e sociais num dado momento histórico, práticas essas conformadas à materialidade, às “experiências materiais específicas” que cercam aqueles homens.²³ As perspectivas ou a falta delas implicam analisar as formas materiais sobre as quais repousavam a percepção de devir, a percepção ligada à experiência do passado/presente a partir da qual projetam o futuro. O futuro/passado torna-se uma necessidade do século XIX; voltar ao passado para projetar o porvir. Reinhart Koselleck contribui com essa análise ao argumentar que as expectativas de futuro estão enraizadas nas experiências acumuladas de passado e presente, permitindo que o porvir seja imaginado a partir de uma tensão temporal característica do século XIX.²⁴ Que futuro aquele presente prenunciava? Essa é a questão: o grau de reverberação dessa tensão nos jornais da Província de Goiás, cujos administradores eram homens ligados ao projeto centralizador e civilizatório da monarquia, fossem eles nomeados pelo imperador ou pelo governo

¹⁸ Lucas Schuab Vieira, “A imprensa como fonte para a pesquisa em história: teoria e método”, *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>.

¹⁹ Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial*, São Paulo: Hucitec, 2005.

²⁰ Ana Rosa Cloquet da Silva, “Império, província, periferia”, *Revista do Arquivo Público Mineiro, Revista de História Regional*, v. 17, (2012), pp. 34-51 (p. 37).

²¹ Ângela Alonso, “Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44 (2000), pp. 35-55 (p. 42), <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000300002>.

²² Alonso, “Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870”, p. 42.

²³ Marcos André Torres de Souza, “O século 18 em Goiás e a cosmovisão barroca: dois estudos de caso”, *História Revista*, v. 20, n. 2 (2015), pp. 140-174 (p. 141), <https://doi.org/10.5216/hr.v20i2.33053>.

²⁴ Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto – PUC-Rio, 2006.

provincial.²⁵ Como Nelson Werneck Sodré aponta, a imprensa não era apenas reflexo das disputas políticas, mas também um instrumento ativo de intervenção social, moldando as percepções coletivas sobre o presente e o futuro.²⁶

A província de Goiás: os descendentes do retrocesso

Na Província de Goiás, os contemporâneos denunciavam o movimento regressivo dela comparado ao das outras tidas como mais afortunadas. Em vez de progresso, *ressentiam-se* da “rotina pavorosa”, das “visões de obstinado regresso” em que ela mergulhava sem indício algum de “qualquer tentame industrial”.²⁷ Além de teimar em permanecer estacionária, a percepção da realidade mais parecia regredir com os olhos voltados para o passado. O “temor do regresso” perpassa constantemente os discursos das autoridades e dos analistas políticos. Quando do esgotamento das minas de Goiás, os homens experientes e estudados já elencavam as razões imediatas do fim das minas de ouro: a “falta de experiência dos mineiros, pela pilhagem da antiga Metrópole – pois o passado era visado como obra de destruição – pelas leis inadequadas, processos irregulares de extração, ambição em demasia dos mineiros”.²⁸ Por que razão foi levado ao “fim o período aurífero”? Quais seriam as reais possibilidades de progresso da província? Confrontadas com o presente, essas e outras interrogações sobre o passado fazem parte da experiência social compartilhada dos habitantes da província. A experiência

²⁵ “A situação era mais grave ainda nas províncias onde os presidentes mandados da Corte só ficavam geralmente o tempo preciso para garantir o predomínio da orientação partidária do Ministério no poder”, conferir em: Iglesias “Vida política, 1848-1868”, p. 19.

É o que se verifica em Goiás, onde os presidentes de província mal ficavam um ano na administração e logo eram substituídos por outro indicado.

²⁶ Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

²⁷ *O Publicador Goyano*, Goiás, 7 mar. 1885, p. 1. Esse jornal era publicado uma vez por semana em dias indeterminados. Os artigos da secção livre eram pagos com preços a combinar. *O Publicador Goyano* pertencia à empresa Marque & Tocantins e o único editor era J. P. Marque Tocantins. “Félix de Bulhões era o redator e tinha como editor José do Patrocínio Marques Tocantins, liberal e abolicionista, amigo de Rui Barbosa e do abolicionista carioca José do Patrocínio. Dentre seus objetivos visavam esclarecer a opinião com independência, condenar ou apontar os erros das ‘autoridades que transgridam’ os seus deveres. Defendia a ‘liberdade’, a ‘instrução pública’ e a ‘civilização’, temas caros do projeto de construção de um Estado Moderno”. Em relação ao trecho em aspas, consultar: Thiago F. Sant’Anna, “Os abolicionismos na cidade de Goiás: pluralidades e singularidades nos anos 1880”, *Élisée*, v. 2, n. 2 (2013), pp. 92-107 (p. 94).

²⁸ Noé Freire Sandes e Cristiano Alencar Arrais, “História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança”, *Varia História*, v. 29, n. 51 (2013), p. 847-861 (p. 852), <https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000300010>.

traumática ocorrida quando do fim da economia do ouro é o eixo do qual partem para temer o presente e o futuro.

Após o fim do período aurífero, o temor do regresso instala-se de modo indelével entre os agentes do governo e da imprensa na Província de Goiás e é reanimado quando havia pressão por verbas para atender as demandas estruturais de que tanto carecia a província. Os contemporâneos ligavam o “atraso” em que julgavam viver à falta de um produto singular que desse importância e identidade econômica à província, de um ideal produtivo que lhes permitisse se autossustentar. A procura por esse produto redentor leva os analistas a divulgarem nos periódicos as possibilidades virtuais de qualquer meio que alavancasse a província, que a colocasse em paridade, em movimento com aquelas tidas por mais desenvolvidas. Para isso, analisavam o passado e o presente concluindo que restava naquele momento exigir “que o Estado imperial minorasse o sentimento de abandono que vigorava nas terras do Brasil Central”.²⁹

Passado mais de um século do fim do ciclo aurífero, os jornais publicam reflexões sobre as forças e os condicionantes que levaram à decadência e propugnavam pela retomada das buscas pelo metal, agora munidos de instrumentos e técnicas outrora desconhecidos.³⁰ Ao refletir sobre a indústria de extração, o editor pergunta se havia fundamento razoável supor: “os antigos arrancaram do solo todo ouro, quando não possuíam os instrumentos, quando a mineração aurífera se exercia apenas na superfície do solo?”.³¹ Havia ainda esperança na “inesgotável abundância” do ouro, que ele ainda poderia trazer uma “abastança relativa” para a província. Essa busca por ouro e diamantes, *in memoriam* de um tempo passado, “foi o principal incentivo para a pesquisa mineral”.³² Por conta própria, os homens e mulheres livres “com pequeno recurso e até mesmo escravos (os faiscadores) continuaram a seguir os rios com “amplo acesso a este processo produtivo”.³³

²⁹ Sandes e Arrais, “História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança”, p. 852.

³⁰ Foi esse o processo que levaria a atividade mineradora a “desagregar-se numa economia de subsistência” “(...) a decadência se processava através de uma lenta diminuição do capital aplicado no setor minerador. A ilusão de que uma nova descoberta poderia vir a qualquer momento induzia o empresário a persistir na lenta destruição de seu ativo, em vez de transferir algum saldo liquidável para outra atividade econômica”. Consultar: Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, São Paulo: Nacional, 2003. p. 76.

³¹ *O Publicador Goyano*, 9 out. 1885, p. 1.

³² “Na esteira dessas buscas é que foram descobertos no início do século outros depósitos de minérios, como o salitre, no Ceará, o carvão, no Sul do Brasil, e a galena, na Bahia (...), minério de cobre, chumbo e estanho”. Ver em: Gildo Magalhães, “Ciência e técnica no Brasil durante a monarquia (1808-89)”, *História*, v. 1, n. 148 (2003), pp. 125-156 (p. 150), <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i148p125-156>.

³³ Furtado, *Formação econômica do Brasil*, p. 91.

Sob uma retrospectiva histórica da cidade de Goiás, capital da província, o articulista relaciona o declínio da cidade ao fim da mineração: “A capital de Goyaz, como toda província, mostra ter tido alto grau de adiantamento e progresso; hoje, tudo vai em decadência por ter cessado a mineração, ponto principal de sua riqueza e prosperidade”.³⁴ Essas impressões, materializadas nos enunciados jornalísticos, não consideram os condicionantes reais da decadência. Os contemporâneos buscavam compreender o passado com base nas necessidades do presente. Assim, um século após o suposto “adiantamento e progresso” da cidade, o binômio decadência/prosperidade ainda se fundamentava no passado aurífero. Essa comparação pode levar à ideia equivocada de que, após o fim do ciclo do ouro, nada foi construído na província e de que ela permanecia presa a um passado que continuava a moldar as representações da sociedade local. A esse passado traumático acrescentem-se os entraves do presente, a falta de braços e o limitado número de habitantes, “mais ou menos indolentes por natureza, pouco dedicam a indústria e a lavoura, e antes querem ser soldado ou empregado público, que é vida menos trabalhosa, porém, mais dependente”.³⁵

Havia, no entanto, quem discordasse da falta de braços para o trabalho: “não nos faltam braços – há-os vigorosos e sadios; faltam-nos, sim, um incentivo que nos anime no trabalho e imprima na imaginação do sertanejo a ideia de progresso”.³⁶ Mas essa ideia somente seria impressa na imaginação sertaneja se os homens livres se dispusessem a trabalhar para sentir o gosto do ganho e da felicidade pela prosperidade material. É para atender a essa consequência positiva do trabalho que os jornais clamam por leis que regulamentem a vida dos sertanejos livres, desdobrando essa regulamentação em discursos a favor da perseguição àqueles que resistiam ao trabalho regular.

Em Goiás a questão da desarticulação e do atrofiamento da economia mineira sempre volta à tona, o que leva o editorialista a constatar que, apesar

³⁴ *A Tribuna Livre*, Goiás, 23 out. 1879, p. 1.

A *Tribuna Livre* (1878-1884) foi um periódico ligado ao partido liberal e tinha como proprietários a família Bulhões que rivalizava com outra família, os Fleury. A oligarquia Bulhões se manteve na disputa política até serem vencidos pelos Caiado. Em Goiás, o partido liberal tinha duas vertentes, os clubistas se intitulavam “autênticos” e os liberais históricos eram chamados de “empadas”. A *Tribuna Livre* contava com um redator (Antonio Feliz de Bulhões Jardim) e um editor (Patrocínio Marques Tocantins), colaboradores de outras comarcas e anônimos. A razão do anonimato se explica pelo reduzido grupo de intelectuais que se dispunham aos combates impressos. “Não se tratava de uma família de latifundiários e sim de bacharéis”, ver: Roseli Martins Tristão, “Formas de vida familiar na cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX”, Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998, p. 124. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/TRIST_O_Roseli_Martins.1998.pdf.

³⁵ *A Tribuna Livre*, 23 out. 1879, p. 1.

³⁶ *A Tribuna Livre*, 12 ago. 1881, p.1.

da “vulgarização” da ciência e da técnica de mineração, faltava capital fixo privado de envergadura para arrancar do solo profundo o ouro ainda existente. As condições de fortuna privada em que anda a província, escreveu o editor, “não dava grande esperança de exploração e empreendimentos industriais, que demandassem (...) grosso cabedal a menos que se não dê intervenção a bolsa [capital externo] e braços adventícios [imigrante europeu]”.³⁷ Essa constatação, no entanto, não alivia a amargura do articulista com a “condição de atraso e inferioridade” da província.³⁸

Em 1886, em busca de indícios de progresso e civilização para Goiás, o jornal ironiza projetos mirabolantes saídos da cabeça para o papel, irrealizáveis. “A exploração e consequente navegação do Rio das Mortes terá de fazer de Goiás o empório, o centro comercial, artístico, industrial e científico de todo o Brasil: os portos do litoral em breve baquearão, para darem o passo a Goiás – a princesa brasileira”.³⁹ Eram apenas promessas dos presidentes da província ou projetos elaborados por engenheiros contratados por particulares, voltados para o estudo de rios e serras com o objetivo de construir pontes, estradas e viabilizar a navegação. Além disso, havia o interesse de pesquisadores locais em explorar regiões ainda desconhecidas. Por isso a ironia do comentário. Os projetos de navegação prometidos não passavam de um ensaio sem “desenvolvimento há mais de uma dezena de anos”.⁴⁰ E concluía: as aspirações eram quimeras, “voos exagerados das aspirações”, que não levavam em conta as circunstâncias, uma vez indispensável ponderar entre o desejável e o possível. Já eram bastantes as “experiências infrutíferas; esta navegação tem andado com o passo do caranguejo, ora adiante, ora atrás”.⁴¹

É interessante notar que, embora os conservadores tenham permanecido no poder central entre 1848 e 1862, em Goiás, os presidentes da província, ao serem nomeados, alternavam entre representantes do Partido Conservador e do Partido Liberal. Pode-se afirmar que nessa província havia, literalmente, um revezamento anual entre os dois partidos. Apesar de serem partidos muitas vezes faccionados, a imprensa local não tardava em identificar os interesses partidários envolvidos nas nomeações. No período de 1869-1889 foram nomeados quatorze presidentes para administrar a província de Goiás. A provisoriedade comprometia a realização das promessas feitas pelos

³⁷ *A Província de Goyaz*, 12 jun. 1883, p. 2.

³⁸ *O Publicador Goyano*, 16 jan. 1879, p. 1-2.

³⁹ *O Publicador Goyano*, 23 jul. 1887, p. 1.

⁴⁰ *O Publicador Goyano*, 23 jul. 1887, p. 1.

⁴¹ *A Tribuna Livre*, 10 mar. 1881, p. 3.

presidentes, razão da chacota e do desalento.⁴² A rotineira substituição e a breve permanência dos presidentes nos cargos comprometem, inclusive, a feitura dos relatórios presidenciais, cujos conteúdo ou balanços eram apresentados à Assembleia Legislativa ao início e ao final de cada período legislativo. Esses conteúdos produzidos por cada presidente constituem-se de informações oficiais sobre a província que, por falta de documentos sobre a região, são amplamente utilizados pelos historiadores. É necessário, portanto, compulsar esses relatórios com o período em que foram produzidos e identificar as repetições e cópias de informações anteriores.⁴³ Além disso, eles são tidos como “insuspeitos” por fornecer dados quantitativos tidos por confiáveis.⁴⁴

Em 1873, perante os deputados da assembleia, o presidente Antero Cícero de Assis resumiu: (...) “nesta província, bem difícil de governar-se pela grande distância que a separa entre centenas de léguas de péssimos caminhos da capital do império, a falta que sente de pessoal habilitado, sua grande extensão de território, a exiguidade das rendas, a pobreza do comércio, o desânimo da lavoura etc.”.⁴⁵ Essa conclusão vem de um presidente que permaneceu no cargo de 1871-1878. Eram problemas aflitivos verificados pelos administradores impotentes em face de uma província cujas rendas auferidas no mercado interno e de exportação não cobriam as demandas de capital para investimento em estradas e pontes. Em *Apontamentos de Viagem*, Joaquim Almeida Leite Moraes registra: “o comércio é pobre e pequeno, porque luta com o fantasma do transporte; a indústria morta; a lavoura circunscrita aos gêneros alimentícios. Não temos o operário e por isso mesmo não há iniciativa para qualquer cometimento”.⁴⁶

A realidade ressoava negativamente nos jornais mais ainda para os ouvidos e olhos de quem projetava no futuro um destino glorioso para a

⁴² Os presidentes nomeados pelo imperador, que de fato eram deputados, deslocavam-se para as províncias a fim de “fazer política e não para administrar, ao mesmo tempo em que embaraçavam o trabalho legislativo, uma vez que vão para voltar na época das sessões [da Câmara, na Corte] e nem sempre voltam. E se voltam, quebram a continuidade administrativa provincial, com os governos extremamente curtos, na verdadeira dança que é a direção dessas unidades do Governo, mal reconhecido, que sempre se condenou e nunca se corrigiu”. Consultar: Iglesias, “Vida política, 1848-1868”, p. 26.

⁴³ Embora façamos poucas referências aos relatórios dos presidentes de província, eles já foram utilizados na escritura de outros artigos publicados por nós, mas é necessário frisar que a interinidade afetou a construção de documentos com informações integrais e fidedignas.

⁴⁴ Alfredo Wagner Berno de Almeida, *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*, Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

⁴⁵ Rede Memória (doravante RM), Biblioteca do Ministério da Fazenda – RJ (doravante BMF-RJ), *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo Exmo. Sr. Dr. Antero Cícero de Assis, Presidente da Província, em 1.º de Junho de 1876, Goiás, [1 junho 1876]*.

⁴⁶ Joaquim de Almeida Leite Moraes, *Apontamentos de viagem*, São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2011, p. 35.

província, esperanças muitas vezes fundadas apenas na abundância da natureza.

Nossas indústrias têm-se desenvolvido mui lentamente; e, ainda assim, não foi por efeito da ação política do estado, (...), mas porque é lei da natureza que tudo universalmente se transforme e progrida até que chegue a fase de decomposição e do perecimento.⁴⁷

O movimento histórico é circular como a natureza, mas decomposição e perecimento se referem à vida social, econômica e política. Essa representação diz respeito à imagem decadente, referenciada no ciclo da vida e da morte da civilização, “uma espécie de ciclo incoercível, inconteste naturalização do processo histórico, no qual as estações da história se sucedem inexoravelmente, do mesmo modo que as gerações”.⁴⁸ “É a naturalização do processo histórico, no qual as estações da história se sucedem inexoravelmente, do mesmo modo que as gerações” Após a ascensão viria o apogeu “preconizador da decadência, território inescapável de uma nova recuperação”.⁴⁹

Mas é necessário ainda problematizar o conceito de decadência. Para aqueles que viviam de perto os adiantamentos resultantes da Revolução Industrial, o termo decadência foi substituído pelo de progresso, pelo de caminhar para frente. A decadência referida nos jornais da província está associada ao empobrecimento geral da sociedade. Bem como ao sentimento de abandono em que se sentiam viver. Ora, é preciso não esquecer que os ideólogos da degradação social e do atraso econômico vêm de uma elite desejosa dos benefícios da ciência e consequente avanço das técnicas de produção. Ideólogos esses que repercutem notícias políticas do Brasil e da província e comentam-nas com pessimismo e elevado ressentimento contra o poder central que lhes negava a autonomia sonhada. Esse grupo foi responsável por associar a pobreza da província à decadência, ao denunciar os “desmandos” do governo provincial e central. A decadência, nesse contexto, era atribuída à corrupção do Estado e de suas instituições. Assim, o conceito poderia ser interpretado mais como uma crise política do que econômica, intensificada pela falta de autonomia das elites provinciais, que se consideravam mais aptas a gerir os recursos naturais e conduzir negócios públicos e privados, como a contratação de companhias de comércio

⁴⁷ *A Tribuna Livre*, 24 ago. 1878, p. 2.

⁴⁸ José Jobson de Andrade Arruda, “Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”, *Revista USP*, n. 46 (2000), pp. 66-78 (p. 66), <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i46p66-78>.

⁴⁹ Arruda, “Decadência ou crise do império luso-brasileiro”, p. 66.

Se a província, se o coração do país engatinhava, devia-se à própria omissão da ação política do Estado direcionada a seu desenvolvimento. “O que nós – seus filhos – temos a esperar e fazer? Não é o desânimo, não, que nos tolhe os ímpetos do progresso, enervando as asas da ambição; é o freio férreo da fraqueza material muito real; é a exiguidade dos meios de ação”.⁵⁰ Por “fraqueza material” entenda-se falta de capital privado para investimentos e de “espírito associativo”. Sem proteção tarifária para as manufaturas, pois “durante o governo imperial não houve nenhum instrumento que pudesse financiar as atividades industriais” que exigem empréstimos de longo prazo e uma certa carência.⁵¹ O que havia era uma minguada indústria, obra de alguns políticos e empreendedores, que animava o noticioso, mas, de fato, “nada temos (...) importamos tudo com dinheiro, não produzimos para a permuta e nem mesmo para prover inteiramente nossas próprias necessidades”.⁵²

As expectativas da navegação, da agricultura e da população

Em 1876, no periódico *A província de Goyaz*, Taunay, representante da província na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, descreve o estado da província, lembrando que havia ouro para ser explorado, mas a população vivia enlanguescida e desanimada:

Goyaz não tem população para bem povoar uma zona sequer de seu imenso território; não tem hábitos de trabalho constante, pois não vê a retribuição imediata do labor; não sente em si a evolução do progresso; vive vida lânguida e desanimada e, prostrado sobre minas riquíssimas de ouro, não possui um real de seu.⁵³

A respeito das expectativas dos habitantes em fazer minorar a situação de “pobreza e escassez”, Saint-Hilaire observa:

[Falta aos goianos] elementos que propiciam [propiciem] um progresso rápido. População rala, disseminada por vastidões imensas e entregue à própria sorte, atormentada por um clima

⁵⁰ *A Tribuna Livre*, 5 fev. 1872, p. 3.

⁵¹ “A partir de 1860, uma série de medidas de desregulamentação da ação estatal, acabando com o pouco intervencionismo existente, confirmou a tendência de levar o país a se consagrar primordialmente à agricultura”, ver: Magalhães, “Ciência e técnica no Brasil durante a monarquia (1808-89)”, p. 131.

⁵² Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, p. 46.

⁵³ Alfredo d’Escagnolle Taunay, *A província de Goyaz: exposição de 1875*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, p. 19.

ardente, sem nenhum estímulo e quase nenhuma aspiração, não deseja e não sabe mudar nada.⁵⁴

A região “fertilíssima” subsistia na “miséria e na decadência dos tempos coloniais (...)”.⁵⁵ A falta de vias de comunicação fáceis para a exportação dos produtos explicava por que se plantava o estritamente necessário para o consumo local.⁵⁶

A centralidade geográfica da província obrigava o comércio de exportação e importação exclusivamente por vias terrestres, o que demandava estradas regulares e segurança aos viajantes. O capital investido nas comunicações – estradas, pontes, portos e correios – provinha de recursos da província. A dificuldade de exportação refletia-se também nas importações de produtos essenciais à vida cotidiana como sal, açúcar, ferro, café. O balanço comercial colocava as exportações *pari passu* aos gastos com as importações.

Em relatórios, os presidentes da província reclamam das minguadas rendas auferidas dos impostos em face de um território gigantesco para administrar e prover as demandas das comarcas. Sem recursos para tanto, restava o chamamento à união da iniciativa individual e à ação dos homens locais, que fossem “de espírito ativo e empreendedor”, que deviam ser “confiantes no futuro e de aspiração ao progresso”. Essa união restaria sólida em riqueza e prosperidade.⁵⁷

A formação nacional territorial impõe novos e complexos problemas ao administrador. Como ressalta Maria Odila Dias, o processo de interiorização no Brasil Imperial apresentava desafios que transcendiam a ocupação física, exigindo a construção de redes administrativas capazes de integrar os espaços periféricos ao projeto centralizador da monarquia.⁵⁸ Antônio Moraes complementa ao destacar que a construção do território brasileiro foi

⁵⁴ Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à província de Goiás*, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975, p. 14.

⁵⁵ Taunay, *A província de Goyaz*, p. 19.

⁵⁶ A historiografia produzida sobre a região no período de 1970-1980 está referenciada no pensamento econômico de Roberto Simonsen: “somente a economia de exportação é geradora de riqueza”. Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil (1500-1820)*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960, p. 15 e p. 30. Dessa teoria se infere “uma atribuição de não história para o desempenho da economia de subsistência”, de acordo com análise de Alcir Lenharo (1993). Consultar: Alcir Lenharo, *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*, Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1993, p. 26-27. Celso Furtado foi ainda mais rígido na aplicação do modelo de Simonsen. Furtado atribui, na crise da mineração, a formação de um encadeamento de etapas – quebra da produção, atrofiamento da economia monetária e descapitalização –, que somente estancariam na economia de subsistência, de baixíssima produtividade. Furtado, *Formação econômica do Brasil*, p. 129-132.

⁵⁷ Taunay, *A província de Goyaz*, p. 7 e p. 19.

⁵⁸ Dias, *A interiorização da metrópole e outros estudos*.

simultaneamente um processo de domínio físico e de governança, marcado por tensões entre a necessidade de integrar e os limites das tecnologias e recursos disponíveis.⁵⁹ O territorialismo, isto é, a crescente necessidade de governar espaços cada vez mais amplos, legava aos contemporâneos o imperativo incremento de forças externas que respondessem às demandas da administração: funcionários qualificados e técnicas de comunicação, como correios e telégrafo. Ao governo provincial cabia defender a vida e a propriedade, dar segurança ao trabalho e construir caminhos para a circulação da produção agrícola. Como dominar e gerir esses espaços alargados? Eis a questão predominante no pensamento dos agentes administrativos. Segundo Ilmar Mattos, a elite política conservadora do período via no fortalecimento da administração provincial um elemento crucial para manter o equilíbrio entre os interesses locais e o projeto centralizador do Império.⁶⁰

Por outro lado, Keila Grinberg ressalta que a eficácia administrativa estava frequentemente limitada por uma relação ambígua entre governantes e governados, marcada por expectativas conflitantes e a precariedade da infraestrutura disponível.⁶¹ Aferrados à retórica da arte de governar, mantêm-se ligados a valores como sabedoria e justiça mediados pela prudência e reflexão. Naquele momento histórico, as balizas da governabilidade ainda mantêm esse pano de fundo valorativo, mas o que se evidencia nos discursos é a busca de uma racionalidade administrativa cujo pressuposto direciona o pensamento e a ação, por exemplo, para os custos e os benefícios dos investimentos públicos, que são acompanhados com muito interesse pelos jornalistas do período.

Marco Morel observa que a imprensa desempenhou um papel crucial nesse contexto, funcionando como um espaço de debate sobre os rumos das políticas públicas e como um instrumento de fiscalização das ações governamentais.⁶² A disseminação de novas técnicas de comunicação, como o telégrafo, possibilitou a circulação mais ampla dessas discussões, contribuindo para um maior alinhamento entre os discursos locais e nacionais.

As distâncias seriam vencidas pela navegação, único recurso para estimular o comércio e a agricultura e para atrair “empreendedores” dispostos a investir seus capitais na província; construindo, mediante tecnologia,

⁵⁹ Moraes, *Bases da formação territorial do Brasil*.

⁶⁰ Mattos, *O tempo saquarema*.

⁶¹ Keila Grinberg, *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Keila Grinberg, “Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o “princípio da liberdade” na fronteira sul do Império brasileiro”, in Lilia Moritz Schwarcz; José Flávio Saraiva (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 63–83.

⁶² Morel, *As transformações dos espaços públicos*, p. 12-16 e p. 38.

estradas, pontes e dominando a natureza selvagem daquelas terras e rios. Muitos administradores almejavam a navegação a vapor. Viam nela a solução do problema da comunicação naquele imenso território. Vencendo as distâncias, suas rendas provinciais tenderiam a incrementar o comércio dos produtos da agricultura e da indústria da criação.⁶³

O que desejam é exportar a produção para auferir renda suficiente para a independência financeira da província e angariar recursos para investimentos em infraestrutura de comunicação. Pouco se fala sobre a formação e importância de um mercado interno provincial porque a “função exportadora” sofreu uma cristalização nos discursos dos agentes públicos e privados de períodos anteriores. Portanto, sem um produto exportador não só para colocar no mercado externo um produto rentável, mas também para com ele atrair a atenção sobre si mesma e angariar importância no cenário nacional e internacional. Dessa expectativa resultaria o aumento e o enriquecimento da população gerando a propalada prosperidade.

No intuito de promover a navegação e o comércio e de facilitar as relações internacionais, decretou-se a abertura da Amazônia e do Rio São Francisco à navegação internacional. A partir desse decreto de 1867, liberaram-se os rios Amazonas e Tocantins à navegação de navios mercantes de todas as nações.

Em 1870 foi aberta a linha de navegação entre o rio Araguaia e Leopoldina.⁶⁴ Não faltaram comentários elogiosos reforçando o “ardente desejo de uma província que vê seu progresso, a sua riqueza, a sua grandeza, ligados à realização da grande ideia da abertura desse meio de comunicação”.⁶⁵ Três anos depois, em 1873, o observador local relata:

(...) aí o vapor, passando por numerosas aldeias de índios, que ainda andam nus, apresenta em contraste os dois extremos da cadeia humana; a raça mais civilizada, que usa desse primeiro agente do progresso, e o homem nu, imagem viva da primeira rudeza e barbaridade selvagem de nossos maiores.⁶⁶

Uma década depois, outro articulista, desejoso de ver “a franca navegação do Araguaia”, disse que o vapor,

⁶³ Não há estatísticas sobre a produção agrícola do Brasil no século XIX; as fontes são publicações não oficiais em periódicos das províncias.

⁶⁴ Leopoldina, situada na região do Araguaia, foi cogitada para ser capital da província, a fim de facilitar a navegação para o Sul e Belém.

⁶⁵ *A Tribuna Livre*, 19 mar. 1881, p. 2.

⁶⁶ *A Tribuna Livre*, 3 jul. 1879, p. 4.

cuja perspectiva imponente, extasiando o selvagem, conquista-o pacificamente pela multiplicidade de comércio de permuta que estabelece nos aldeamentos por onde transita, convidando-o por esta forma ao trabalho, ao progresso e à civilização.⁶⁷

Em que pese esse otimismo gratuito, a vida dos indígenas continuou a mesma e a província, segundo o editor, continuou estacionada vendo o progresso das “irmãs” mais afortunadas.

Em 1881, ainda a respeito da navegação do Araguaia, o editorial informava: “Os serviços feitos ali no decurso de 10 anos pelo Dr. Couto de Magalhães” achavam-se “nulificados; o comércio quase extinto e a população dispersa pela província toda”.⁶⁸ Mais realista, conclui:

O que podemos colher das experiências até hoje feitas já está colhido: é a convicção, amarga, é certo, mas esclarecida de que a navegação do Araguaia com o fim de aproximar as riquezas do nosso sertão aos grandes escoadouros do litoral não é empresa para as circunstâncias do século.⁶⁹

A despeito da quase unanimidade sobre a navegação pelo rio Araguaia, havia discordância a respeito de sua utilidade. Os goianos deveriam “marchar ao encontro da civilização e do progresso que partem dessa província, e não fugir deles como fazem para os desertos do Araguaia, povoado até hoje por selvagens, inimigos acérrimos da civilização”.⁷⁰ Em vez de olhar para o interior da província, devia-se voltar para a construção de estradas de ferro que ligassem a província a São Paulo.

As notícias sobre a navegação iniciada no rio São Francisco mantêm a expectativa da chegada do “sibilo agudo e estridente do vapor, esse poderosíssimo agente do progresso”.⁷¹ A expectativa era de que também na província ressoariam os ventos do progresso. A falta de capital, no entanto, impediu a realização desse projeto. Em 1906 apenas foi criada a companhia Estrada de Ferro de Goiás. As expectativas enunciadas tornavam-se mais um sentimento subjetivo de fumaças de progresso que chegavam do Rio de Janeiro, da Europa, da América do Norte.

Sob esse ponto de vista, a intervenção do Estado é um desvio da ordem natural, perturbadora dos esforços espontâneos: “Deixemos de uma vez a

⁶⁷ *A Tribuna Livre*, 11 out. 1879, p. 4.

⁶⁸ *A Tribuna Livre*, 27 ago. 1881, p. 1.

⁶⁹ *A Tribuna Livre*, 20 jul. 1881, p. 2.

⁷⁰ *A Tribuna Livre*, 11 out. 1879, p. 4.

⁷¹ *Goyaz : Orgão Democrata*, Goiás, 24 mais. 1889, p. 2.

mania do protecionismo do estado em tudo; em ciência, em indústria, em comércio, em política”.⁷²

Se bem constatassem que na província o esforço individual era “improficuo e temerário”, defendiam a entrega da navegação do Araguaia-Tocantins a uma companhia nacional ou estrangeira provida de grandes capitais e de um pessoal administrativo capaz de contemplar suas necessidades. Para os liberais, a questão centrava-se em liberdade de desenvolvimento dos negócios públicos e liberdade individual absoluta. Esses pilares eram o prenúncio de uma revolução que ocorreria mais dia menos dia no Brasil, “em que pese aos que procuram entorpecer a marcha natural das coisas”.⁷³

Se, na América do Norte, os homens de indústria eram referenciados, “entre nós os grandes industriais são raros, e a sociedade é infestada pela praga do funcionalismo oficial – suprema aspiração do maior número”,⁷⁴ proclamava o jornal sem, no entanto, informar aos leitores que datava de 1827-1830 o início da construção de estradas de ferro nos Estados Unidos, onde, até o final do XIX, chegou-se a 300 mil quilômetros de trilhos implantados.⁷⁵ Os pioneiros americanos também “criaram ao longo do século XIX uma extensa rede de pequenas e médias propriedades, resolvendo o problema da posse da terra e gerando uma classe e um mercado interno que puderam absorver boa parte da expansão econômica e impulsionar as manufaturas”.⁷⁶ Bem como não lembra que, no Brasil, a função exportadora do latifúndio utilizava-se de trabalho escravo, comprometendo a formação do mercado interno de produção, circulação e consumo.

Portanto, apesar da comparação desfavorável para o Brasil, ele considerou dois pontos de estrangulamento da economia provincial, a posição central do território e a falta de espírito de associação de seus filhos.

essa grande e mágica alavanca do século XIX, esse gênio benfazejo – que tantos frutos e tanto bem tem derramado na América do Norte, que em um século apenas de existência política tem chegado ao máximo grau de perfeição moral e material (...) quase suplantando as velhas nações europeias; e que entre nós tem sido ao inverso.⁷⁷

⁷² *A Tribuna Livre*, 31 mai. 1871, p. 2. *O publicador Goyano*, 12 nov. 1887, p. 4.

⁷³ *A Tribuna Livre*, 20 jul. 1881, p. 2.

⁷⁴ *A Tribuna Livre*, 20 jul. 1881, p. 2.

⁷⁵ Luís Antônio Estevam e Paulo Borges Campos Júnior, “Caminhando nos trilhos da ocupação econômica de Goiás”, *CEPPG-CESUC*, n. 27 (2012), pp. 60-84 (p. 68).

⁷⁶ Magalhães, “Ciência e técnica no Brasil durante a monarquia (1808-89)”, pp. 133-134.

⁷⁷ *A Tribuna Livre*, 31 mai. 1879, p. 4.

Reafirmava-se, entretanto, com frequência, que “a província, uma das mais ricas do Brasil, não só pela fertilidade de seu solo, como por ser banhada por diversos rios que deságuam no Oceano, tem estado até hoje estacionária, sempre marchando na retaguarda de suas irmãs”.⁷⁸ É importante esclarecer, porém, que a ausência de capital para os investimentos reivindicados inviabilizava não apenas o desenvolvimento do chamado “espírito associativo”, mas também a realização dos elementos fundamentais para a construção da riqueza e da prosperidade. Em outras palavras, não havia uma elite externa interessada em investir na região, e os grupos locais ainda estavam em processo de consolidação.

Mas existia na província quem se beneficiasse economicamente da situação de desvantagem socioeconômica dela, pois quantos não foram os enriquecidos pelo comércio de mercadorias e gêneros de primeira necessidade vendidos a preços altos porque importados e transportados em mulas para as províncias distantes? O fato de ser uma província “decadente” não significa a priori inexistência de grupos de poder e ação política capazes de mobilizar seus interesses econômicos. Daí que os jornais cerram fileiras debatendo questões políticas em constante litígio com o poder do imperador e seus ministros, numa preocupação constante com as rendas públicas e sua aplicação local. Mas mesmo que a pobreza fosse a marca das regiões periféricas, ela é vivida desigualmente entre os grupos sociais.

Havia uma atmosfera que levava à crença em possibilidades futuras, quando não havia indícios materiais de que a província saltaria em direção a esse futuro imaginado. Comparavam a província, “coração do império”, com as litorâneas e de além-mar. Rica em recursos naturais de solo e de rios, porém desprovida de capital fixo privado disponível e disposto a investir nela. Não faltava “espírito associativo”, mas cabedais suficientes para bancar projetos de infraestrutura dispendiosos que minorassem o “defeito” de sua posição geográfica.

Nem mesmo a produção e exportação do fumo, produto reconhecido pela qualidade e aroma e comparado ao tabaco havana, conseguiram transformá-las em indústria. “Isso é devido tão somente ao espírito de rotina e à falta de iniciativa para progressos e inovações (...)”, uma vez que “a fabricação do charuto, acessível a mulheres e crianças, nem depende de cabedais e nem mesmo de habilidades técnicas; sendo muitíssimo mais fácil, muitíssimo mais leve e mais lucrativa do que o fumo de rolo”.⁷⁹ Realmente, a rotina não combina com inovação e progresso, a tendência desse comportamento rotineiro é voltar-se sobre si mesmo e estacionar na repetição,

⁷⁸ *O Publicador Goyano*, 11 jul. 1885, p. 1.

⁷⁹ *O Publicador Goyano*, 20 jun. 1886, p. 4.

resistindo a incorporar novas tendências no plantio, na colheita e na concepção de um produto de melhor qualidade. É apego ao modo de fazer já conhecido que resiste à formulação e incorporação do novo.

Na Exposição Universal de Viena, em 1873, o Brasil concorreu com três produtos, café, algodão e fumo – avaliado como de igual qualidade ao havana. No mercado interno, no entanto, a imposição de impostos julgados altos fazia com que os defensores dessa atividade acudissem e chamassem a atenção dos poderes públicos a fim de que olhassem para “esta indústria tão fértil, tão rica de futuro, mas infelizmente pouco auxiliada até hoje e bem ameaçada de ver-se atrofiada pelos impostos”.⁸⁰ Sobre o pagamento de impostos é importante lembrar que os comerciantes reclamavam dos impostos mais porque desabituaados ao controle do estado com suas leis e normas do que pelo valor em si cobrado dos proprietários. O que havia sim era a resistência e reclamações de toda ordem contra os impostos cobrados pelo Estado.

Pagamos 500 réis à província e 1\$000 réis à municipalidade; calcule-se agora o quanto virá a caber a cada carga de imposto geral, e ver-se-á que nunca se paga menos de 2\$000 réis por carga de fumo. Calcule-se ainda o frete que pagam os produtores nos mercados de boa extração, e tenha-se em vista que raramente o fumo sobre de 5\$000 a carga, vendendo muitas vezes a 4\$000 réis ou menos.⁸¹

De modo geral, a lavoura na província demorava a enraizar e se manter por longos períodos. Os jornais atribuíram essa dificuldade à escassez e à inconstância da mão de obra disponível, afirmando que “a gente que costuma empregar-se nesses serviços é pouca e inconstante, o que revela a falta de amor para o ganho (...) e quando tal gente se vê obrigada a trabalhar, exige um jornal elevadíssimo para um mau serviço”.⁸² Em vez de explicar os motivos práticos do descaso ou das dificuldades com o plantio, Saint-Hilaire responsabiliza os próprios habitantes,⁸³ criticando o que considera imprevidência: os “poucos

⁸⁰ *Correio Official*, Goiás, 12 out. 1872, p. 1.

⁸¹ *Correio Official*, 16 jun. 1886, p. 1. Entre 1873-1874, o comércio de fumo rendeu à receita da província 1.727\$180, mesmo valor das exportações de gado que fora de 1.727\$200. A soma da arrecadação nesse biênio foi de 148:922\$574. O valor 1.070.574 réis era uma quantia muito significativa no final do século XIX. Para uma província, poderia ser considerado um valor modesto.

⁸² *Correio Official*, 11 jul. 1885, p. 1.

⁸³ Saint-Hilaire registrou a pobreza dos arraiais formados no “esplendor do período aurífero” quando “o ouro esgotou-se, os escravos morreram [...] e veio a decadência”. Observou, ainda, que o “arraial [de Santa Cruz] é tão pobre que nele não se encontra uma única loja e nas poucas miseráveis vendas só há praticamente cachaça”. Consultar: Saint-Hilaire, *Viagem à província de Goiás*, p. 117.

indivíduos que por aqui habitam” deixavam “com alegria a lavoura” que os sustentava, preferindo se tornar “vendedores de água ardente e fumo, principais gêneros desse desmoralizador e funesto comércio”.⁸⁴

Observe-se que, se a produção era fraca, o comércio também o era em razão da minguada população e das dificuldades de transporte. As iniciativas dos “indivíduos que por aqui habitam”, no entanto, eram tidas por preguiça, desleixo, imprevidência, revelando franca incapacidade de inscrever as circunstâncias da economia e da política na conjuntura local. Explorar os recursos naturais também dependia de “sacudir” as classes populares, tirá-las da apatia com uma “polícia enérgica que persiga a vadiagem”. Todos deveriam trabalhar, porque, “ao passo que vemos os moços das principais famílias se entregarem ao comércio, se aplicarem à criação de gado, ao cultivo da terra, as classes inferiores estão entregues à preguiça, à ociosidade, ao vício”.⁸⁵

Esse discurso negativo sobre o trabalhador nacional é repetido sem a devida observância da realidade. Essa visão depreciativa foi historicamente construída para justificar tanto a manutenção da escravidão quanto a posterior preferência por trabalhadores imigrantes, conforme João José Reis.⁸⁶ Os preconceitos contra ele contribuíram para o descarte da mão de obra livre “como opção de trabalho permanente” por considerá-lo “indolente e refratário ao esforço físico, não se prestando ao serviço agrícola”.⁸⁷ Noções que também foram utilizadas contra os “quilombolas, indígenas e aos pequenos produtores agrícolas do sertão classificando-os segundo uma indolência e uma ociosidade” que imobilizou a mão de obra livre. Por outro lado, os fazendeiros frequentemente reconheciam que o trabalhador nacional apresentava vantagens em relação aos imigrantes. A preferência “superava, muitas vezes, a opção por imigrantes europeus, pois ele já estaria aclimatado ao território e aos costumes do país”.⁸⁸ Essa preferência, conforme Florentino, não era apenas prática, mas também econômica, já que a contratação de imigrantes representava custos adicionais em transporte e subsistência, o que dificultava sua implementação em larga escala.⁸⁹

No entanto, como argumenta Chalhoub, essa visão ambígua sobre o trabalhador nacional reflete as contradições de uma elite que, ao mesmo tempo

⁸⁴ *Correio Oficial*, 13 out. 1875, p. 4.

⁸⁵ *O Publicador Goyano*, 16 jun. 1886, p. 1.

⁸⁶ João José Reis, “Os ciganos são bons trabalhadores: notas sobre o trabalho livre e escravo na Bahia oitocentista”, in Maria Yedda Linhares, et al. (Orgs.), *História geral do Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990. pp. 405-432.

⁸⁷ André Luciano Simão, “Minas Gerais e o Congresso Agrícola de 1878: demandas, temores e percepções dos produtores rurais mineiros”, XI Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina: Cedeplar-UFMG, 2015, pp. 1-25 (p. 19).

⁸⁸ Almeida, *A ideologia da decadência*, p. 149.

⁸⁹ Florentino, *Em costas negras*.

em que dependia do trabalho livre para sustentar a produção agrícola, resistia a aceitar sua inserção plena como parte de um novo modelo econômico e social pós-escravidão. O preconceito contra o trabalhador nacional era, assim, tanto uma estratégia de controle quanto um reflexo de uma visão de mundo que valorizava ideais importados de progresso e civilização, frequentemente associados ao trabalhador europeu.⁹⁰

Desse modo, ora responsabilizam os habitantes por vender cachaça e fumo, ora os criticam por buscar sobrevivência como soldados ou como funcionários públicos, “cancros roedores” e “mortíferos” das rendas públicas.⁹¹ Em vez de investir no funcionalismo fosse esse custo aplicado no desenvolvimento do comércio, “um grande civilizador”; incentivar os homens de negócio, ou melhor, incentivar o capital privado em detrimento da iniciativa pública. Em meio a isso havia lampejos de consciência dos entraves impeditivos da indústria: “em parte lhes dou razão, do que serve a indústria e a lavoura sem vias de comunicação com o litoral e meios fáceis de transporte para as mercadorias?”.⁹²

A luta contra o espaço é parte do cotidiano dos homens dedicados ao comércio, pois “a troca, que é instrumento de qualquer sociedade em progresso, foi prejudicada pelos limites que lhe eram impostos pelos transportes: a sua lentidão, o seu magro fluxo, a sua irregularidade e, finalmente, o seu elevado custo”.⁹³ Para dimensionar as dificuldades viárias da Europa e as transformações pelas quais passou, Braudel chama nossa atenção para o fato delas terem ocorrido independentemente de aperfeiçoamento técnico, “estas transformações não se devem a uma ou outra descoberta concreta, são simplesmente consequência de grandes investimentos, de aperfeiçoamentos desejados, sistemáticos, porque o desenvolvimento econômico de então os tornara ‘rentáveis’ e necessários”.⁹⁴ Assim, a questão viária constituía um problema objetivo, mas sem solução imediata, pois ela requereria aqueles investimentos que a administração imperial não satisfazia. Somente a partir da década de 1870 o capital inglês entrará efetivamente na construção de leitos ferroviários e formação de companhias de navegação.⁹⁵

Comparada a situação da província de Goiás com as de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Ceará, a opinião do jornalista resume: “gozavam

⁹⁰ Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim*.

⁹¹ *A Tribuna Livre*, 8 out. 1880, p. 2.

⁹² *A Tribuna Livre*, 15 mar. 1879, p. 1.

⁹³ Fernand Braudel, *As estruturas do cotidiano: civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*, São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 390.

⁹⁴ Braudel, *As estruturas do cotidiano*, p. 390.

⁹⁵ Maria Helena Pereira Toledo Machado, “Um mitógrafo no império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX”, *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25 (2000), pp. 63-80.

de imensos favores”. Todas elas “devem tudo isso a sua importância política, a sua representação no seio do parlamento, e ao feliz acaso de ser o berço de estadistas importantes, cujos pedidos em favor de suas províncias natais merecem as atenções do governo.”⁹⁶

Na década de 1880 houve eleições diretas nas províncias. A discussão sobre as regras que norteariam o pleito ocupou a atenção dos comentaristas, particularmente dos liberais que retornaram ao poder nesse período. Vencidos os descontentamentos, as dúvidas, conservadores, liberais e progressistas voltam a tratar das dificuldades da província com um elemento novo, a falta de braços. Como a província atrairia emigrantes europeus? Nos países da América, a lavoura, a indústria, o comércio e a imigração estavam na razão direta da mineração, portanto, “quanto maior [fosse] a mineração maior [seria] a imigração e vice-versa”. Defendiam que o governo concedesse “liberdade absoluta” a todos, nacionais ou estrangeiros, para que “explorassem” as minas de ouro e fossem isentos de impostos. Então sim o Brasil teria a imigração espontânea. “O ouro, só o ouro (...) pode, com seu poder mágico, deslumbrar a imaginação dos povos do além-mar, seja qual for a sua origem, e arrastá-los até aqui, mesmo através de todos os perigos e de todas as privações”.⁹⁷

O poder mágico da economia do ouro já havia cumprido seu papel de povoar a capitania de Goiás transformando “os desertos de goianos num pulular de arraiais e povoados”.⁹⁸ Para o articulista, a propriedade agrícola por si não seduziria os “lavradores europeus, que lá também têm terras”.⁹⁹ Atraídos pelo ouro, os imigrantes reverteriam esse interesse em trabalho na agricultura, no comércio, na indústria. “Precisamos de colonos adiantados que nos ensine a trabalhar, praticando as indústrias – que são as verdadeiras fontes de opulência para um país”.¹⁰⁰ A princípio, a indústria da mineração, menos dependente das vias de comunicação, seria uma maneira de contornar a falta de estradas, pontes e navegação. Argumentos tais pretendiam persuadir governantes a direcionar a província nos mesmos rumos das mais prósperas onde os imigrantes europeus começavam a chegar.

Ocorre que, com o fim das lavras no final do século XVIII, os homens que ficaram na região voltam-se para a produção de alimentos também para não passar fome.¹⁰¹ A Província de Goiás vê renascer o interesse pelo plantio e a

⁹⁶ *A Tribuna Livre*, 25 set. 1880, p. 1.

⁹⁷ *O Publicador Goyano*, 7 mar. 1883, p. 1.

⁹⁸ Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 7.

⁹⁹ *O Publicador Goyano*, 21 mar. 1885, p. 1.

¹⁰⁰ *O Publicador Goyano*, 17 out. 1885, p. 1.

¹⁰¹ “Os habitantes mais bem situados, ou seja, que habitavam os arraiais providos de estradas (...) certos de que poderiam vender proveitosamente os produtos da terra, logo desistiram dos trabalhos de garimpagem da qual atualmente restam poucos vestígios. Foram eles, ao que

criação de gado, atividades rurais voltadas para o mercado interno que mal abasteciam a capital da província, se bem a pecuária contribuía para dilatação dos caminhos e das fronteiras desde o final daquele século.

Tão somente no final do XIX, com as relações comerciais de Goiás com o conhecido sertão da farinha podre (Triângulo mineiro) que recebeu em Uberaba os trilhos da Mogiana, e com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro em Goiás, nos primeiros anos do século XX, que a pecuária e a agricultura goiana passam a se destacar, não apenas no mercado interno, mas também em outros mercados do país.¹⁰²

Ao final do XIX, a região Sul de Goiás vai sendo lentamente incorporada à economia paulista, e a parte norte, distante do surto econômico, favorecida pelas ferrovias que ligaram São Paulo, Triângulo Mineiro e Goiás. Seria, no entanto, um “equivoco supor que foi a criação que uniu essas regiões”. Quem as uniu “foi a procura de gado que se irradiava do centro dinâmico constituído pela economia mineira”.¹⁰³ Graças ao Vale do Paranaíba, essa região

se comunica com a parte sul do país. A parte norte da província de Goiás, no vale do Tocantins, ficou aquém dos poucos investimentos realizados na parte sul. Ao pobre norte (...) faltava instrução e os caminhos tão reclamados ao longo de quase um século. Além disso, não possuía linhas de Correios que somente foram implementadas em 1881, enquanto o governo gastava “sommas enormes em despesas de luxo na capital e obras relativamente suntuosas no sul”.¹⁰⁴

O passado da província é um acúmulo de erros, o que exige um esforço de “ordem e disciplina a suprir as faltas e remover os entraves produzidos pelas incúrias, descasos e imprevidência”.¹⁰⁵ A geração presente deveria ser “realista”, pouco inclinada ao culto de referências passadas, “pois a marca das idades só nos lembra uma terra fraudada e sangrada em suas riquezas”.¹⁰⁶

Ao se debruçar sobre a história da província, o articulista avalia o passado, reconhecendo que houve nele “obras civilizadoras” de pouco

parece, os primeiros em toda a capitania que tiveram a glória de se dedicar ao cultivo da terra”. Ler: Saint-Hilaire, *Viagem à província de Goiás*, p. 36.

¹⁰² Estevam e Campos Júnior, “Caminhando nos trilhos da ocupação econômica de Goiás”, p. 64.

¹⁰³ Furtado, *Formação econômica do Brasil*, p. 75.

¹⁰⁴ *A Tribuna Livre*, 26 mar. 1881, p. 4.

¹⁰⁵ *A Tribuna Livre*, 21 mai. 1879, p. 3.

¹⁰⁶ *O Publicador Goyano*, 7 mar. 1885, p. 1.

proveito. “Escassas foram as vantagens legadas pelos primitivos povoadores e pesada a carga de erros em previdência que até hoje afetam a vida do estado”.¹⁰⁷ Os primitivos povoadores “nunca se preocuparam com o futuro e progresso da terra. Empenhados numa economia destrutiva, rasgando o solo à procura de ouro, pouca atenção lhes merecia a sorte dos povoados a não serem os cuidados dispensados com a polícia de fiscalização de minas, guardas-mores e registros”.¹⁰⁸

Um século após o fim do período aurífero, o articulista, ao analisar a condição presente da província, constata que, a não ser a criação de gado, restava a ela insistir na economia do ouro, atividade que lhe deu “esplendor”, permitiu que ela não fosse despovoada e abandonada. A par de circunstâncias econômicas, políticas e sociais, as opiniões – entre desesperança e expectativa – frequentaram os jornais. Numa província distante das zonas centrais de comércio e praticamente sem vias de transporte para a circulação dos produtos plantados ou fabricados. A saída não foram as propaladas diretrizes aventadas pela imprensa sem sustentação na realidade. Grande parte delas só se realizou em meados do século XX.

Considerações finais

Faz-se necessário explicitar a metodologia utilizada, sobretudo em relação aos jornais citados. Os periódicos da província de Goiás, em menor número e limitados pela precariedade das comunicações, reproduziam notícias da Corte e de outras províncias, funcionando como repositórios de informações e como espaços de reflexão. Segundo Sodré, a imprensa não era apenas reflexo da realidade, mas agente ativo na formação das percepções coletivas.¹⁰⁹ Essa prática alimentava o discurso de isolamento e atraso, temas recorrentes nos editoriais locais.

A representação da decadência, multifacetada e constantemente retomada, era atribuída à centralização imperial, à falta de mobilidade e às condições precárias de infraestrutura. Como destacam Carvalho e Dias, o isolamento geográfico reforçava tensões políticas e a percepção centro-periferia, relegando Goiás a um papel secundário no projeto nacional.¹¹⁰ A elite letrada, influenciada por ideais eurocêtricos, comparava a província aos

¹⁰⁷ *O Publicador Goyano*, 7 mar. 1885, p. 1.

¹⁰⁸ *A Tribuna Livre*, 9 abr. 1884, p. 3.

¹⁰⁹ Sodré, *História da imprensa no Brasil*.

¹¹⁰ Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial*; Dias, *A interiorização da metrópole e outros estudos*.

modelos europeus e americanos, projetando sobre o presente a memória do esplendor aurífero e as expectativas frustradas de progresso.

Diante dessas circunstâncias, os jornais goianos alternavam entre críticas à administração provincial e central, propostas de superação (como a navegação fluvial e vias terrestres) e diagnósticos amargos sobre a falta de “espírito associativo” e de capitais privados. A sociabilidade limitada no espaço urbano e a interdependência rural reforçavam a imagem de estagnação e isolamento. Como sugere Aníbal Quijano, essa visão refletia um imaginário colonial que subordinava as regiões periféricas à modernidade importada do litoral e do exterior.¹¹¹

O discurso decadente, portanto, foi ao mesmo tempo denúncia, justificativa e lamento de uma elite local que via na ausência de progresso um reflexo da falta de autonomia e de investimentos. Essa narrativa atravessou o século XIX, consolidando-se como um eixo interpretativo fundamental para compreender as representações históricas da província de Goiás.

¹¹¹ Aníbal Quijano, “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, in Edgardo Lander (Org.), *Perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 117-142.

Referências

- Alcir Lenharo, *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*, Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1993.
- Alfredo D'Escragno Taunay, *A província de Goyaz: exposição de 1875*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.
- Alfredo Wagner Berno de Almeida, *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*, Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- Ana Rosa Clotet da Silva, "Império, província, periferia", *Revista do Arquivo Público Mineiro, Revista de História Regional*, v. 17, (2012), pp. 34-51.
- André Luciano Simão, "Minas Gerais e o Congresso Agrícola de 1878: demandas, temores e percepções dos produtores rurais mineiros", XI Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2015, pp. 1-25.
- Ângela Alonso, "Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44 (2000), pp. 35-55, <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000300002>.
- Ângela Alonso, *Idéias em movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*, São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- Aníbal Quijano, "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina", in Edgardo Lander (Org.), *Perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 117-142.
- Antônio Carlos Robert de Moraes, *Bases da formação territorial do Brasil*, São Paulo: Hucitec, 2000.
- Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à província de Goiás*, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.
- Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, São Paulo: Nacional, 2003.
- David Graham McCreery, *Frontier Goiás, 1822-1889*, Califórnia: Stanford University Press, 2006.
- Fernand Braudel, *As estruturas do cotidiano: civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*, São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- Francisco Iglesias, "Vida política, 1848-1868", in Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II, O Brasil monárquico, volume 5: Reações e transações*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 17-139.
- Gildo Magalhães, "Ciência e técnica no Brasil durante a monarquia (1808-89)", *História*, v. 1, n. 148 (2003), pp. 125-156, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i148p125-156>.

Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*, São Paulo: Hucitec, 1987.

Isabel Lustosa, *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência, 1821-1823*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

João José Reis, "Os ciganos são bons trabalhadores: notas sobre o trabalho livre e escravo na Bahia oitocentista", in Maria Yedda Linhares, et al. (Orgs.), *História geral do Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990. pp. 405-432.

Joaquim de Almeida Leite Moraes, *Apontamentos de viagem*, São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2011.

José Carlos Barreiro, "Resenha de David McCreery, *Frontier Goiás (1822-1889)*, Califórnia: Stanford University Press, 2006", *História*, São Paulo, v. 26, n. 2 (2007), pp. 410-413, <https://doi.org/10.1590/S0101-90742007000200021>.

José Jobson de Andrade Arruda, "Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII", *Revista USP*, n. 46 (2000), pp. 66-78, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i46p66-78>.

José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

Keila Grinberg, "Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o "princípio da liberdade" na fronteira sul do Império brasileiro", in Lília Moritz Schwarcz; José Flávio Saraiva (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 63-83.

Keila Grinberg, *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Lucas Schuab Vieira, "A imprensa como fonte para a pesquisa em história: teoria e método", *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>.

Luís Antônio Estevam e Paulo Borges Campos Júnior, "Caminhando nos trilhos da ocupação econômica de Goiás", *CEPPG-CESUC*, n. 27 (2012), pp. 60-84.

Manolo Florentino, *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*, São Paulo: Hucitec, 2005.

Marcos André Torres de Souza, "O século 18 em Goiás e a cosmovisão barroca: dois estudos de caso", *História Revista*, v. 20, n. 2 (2015), pp. 140-174, <https://doi.org/10.5216/hr.v20i2.33053>.

Maria Helena Pereira Toledo Machado, "Um mitógrafo no império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX", *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25 (2000), pp. 63-80.

Maria Odila Leite da Silva Dias, *A interiorização da metrópole e outros estudos*, São Paulo: Alameda, 2005.

Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Noé Freire Sandes e Cristiano Alencar Arrais, "História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança", *Varia História*, v. 29, n. 51 (2013), p. 847-861, <https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000300010>.

Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto – PUC-Rio, 2006.

Robert Darnton, *grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*, Rio de Janeiro: Graal, 1990.

Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil (1500–1820)*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

Roseli Martins Tristão, "Formas de vida familiar na cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX", Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998, https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/TRIST_O_Roseli_Martins_1998.pdf.

Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II: O Brasil Monárquico, vol. 7: Do Império à República*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.

Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Campinas: Editora Unicamp, 1990.

Tamar Garb, *The body in time: figures of femininity in late nineteenth-century France*, Washington: National Gallery of Art, 1998.

Thiago F. Sant'Anna. "Os abolicionismos na cidade de Goiás: pluralidades e singularidades nos anos 1880". *Élisée*, v. 2, n. 2 (2013), pp. 92-107.

Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

Artigo recebido em 26-09-2024. Aceito para publicação em 19-12-2024.

Citação: Rita Guimarães Melo, “A construção histórica da decadência e do futuro de Goiás: imprensa e governo entre o passado e o futuro (1870-1889)”, *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 43 (2025), pp. 1-30.

Contato da autora: Rita Guimarães Melo: ritaguimaraes035@gmail.com.